

Economia - Brasil

Orçamento terá recursos vinculados para a Saúde

Geraldo Magela

Câmara aprovou ontem, em primeiro turno, emenda constitucional que obriga União, estados e municípios a adotarem mecanismo

A União, estados e municípios serão obrigados a vincular recursos do orçamento para a Saúde. A Câmara aprovou ontem - quase que por unanimidade - a proposta de emenda constitucional (PEC) que estava há sete anos no Congresso. O projeto, apresentado em 1993 pelos deputados petistas Eduardo Jorge (SP) e Waldir Pires (BA), obriga a administração pública a ter um gasto mínimo, estabelecido na constituição, com a Saúde - como já acontece na área da Educação. A matéria só foi desengavetada porque houve consenso entre todos os partidos - 405 deputados votaram a favor, contra apenas quatro votos discordantes.

Ficou acertado que no ano 2000, o Governo federal vai gastar - no mínimo - 5% a mais com saúde em relação ao que foi empenhado em ações e serviços para o setor em 1999. "Pela nossa previsão, o Governo federal deve investir R\$ 22,5 bilhões no Sistema Único de Saúde (SUS) em 2000. Isso vai representar R\$ 1 bilhão a mais já no primeiro ano",



O acordo de líderes permitiu que a emenda fosse aprovada por 405 votos

calculou o deputado Ursicino Queiroz (PFL-BA), relator da proposta.

A oposição tentou negociar um aumento maior, mas os deputados da base aliada não cederam. "O Governo foi intransigente, poderia ter aumentado a bandeira inicial", criticou o líder do PT na Câmara, José Genoíno (SP). A proposta também determina que, de 2001 a 2004, o orçamento federal da saúde será corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB) - considerando a inflação do período. "Não foi o ideal, mas o possível", afirmou o líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PE).

Já os estados terão de aplicar em saúde, a partir do ano que

vem, no mínimo 7% do montante arrecadado com impostos, chegando a 12% em 2004. Hoje os estados gastam em média 4%. Os municípios também começam aplicando um mínimo de 7% e terão um prazo de cinco anos para investir 15% da arrecadação dos impostos com ações em saúde. "Agora os estados e municípios poderão planejar suas ações a médio e longo prazos", ressaltou o deputado Ursicino Queiroz. "Estamos criando um novo SUS."

No que se refere à União, o texto aprovado pouco lembra o projeto inicial. Pela proposta do deputado Eduardo Jorge, o Governo federal deveria destinar ao SUS R\$ 39 bilhões por ano. Mesmo assim, o autor considerou a

aprovação da proposta um avanço para o setor saúde. "Em época de restrições orçamentárias, conseguimos um pouco mais de recursos", avaliou Eduardo Jorge. "Não podemos fazer de uma vitória modesta uma derrota."

Como se trata de emenda constitucional, os deputados terão de votar a proposta mais uma vez - o chamado segundo turno. Depois, a emenda será apreciada pelos senadores, também em dois turnos. Há um consenso para acelerar o andamento da proposta. É preciso pressa que as novas regras possam ser aplicadas já no próximo ano.

TACIANA COLLET

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA